



Responsabilidade social da empresa e inclusão de grupos excluídos: avanços contemporâneos do direito empresarial

Social responsibility of the company and inclusion of excluded groups: contemporary advances in business law

Fláise Hélen Lopes Rocha¹, Francisco Cavalcante de Sousa², Cintia Sousa de Freitas³

RESUMO – Este trabalho se propõe a apresentar a importância do princípio da função social e da responsabilidade social no domínio econômico privado, destacando os avanços jurídicos e sociais e os desafios contemporâneos no âmbito do Direito Empresarial brasileiro para implementação de ações afirmativas nas empresas. Utiliza-se como parâmetros normativos a legislação privada, em especial o Código Civil de 2002, em diálogo com a Constituição Federal de 1988, assim como revisão de literatura sobre a temática, versando sobre os seus avanços e desafios, além de apresentar um panorama geral das empresas nacionais e das ações afirmativas como um todo. Considera-se que o setor empresarial deve adotar estratégias de promoção de direitos a grupos historicamente excluídos. Esses mecanismos de inclusão devem ser adotados em benefício de mulheres, negros, população LGBTQIA+ e pessoas com deficiência, em busca de firmar o seu compromisso social e jurídico. Tal contexto empresarial representa(ria) o primeiro passo para o desenvolvimento de um plano de ação efetivo em prol de uma igualdade substancial entre os indivíduos e redução das desigualdades no meio social e empresarial.

Palavras-chave: ações afirmativas, direito civil, função social da empresa, responsabilidade social.

ABSTRACT – This study aims to present the importance of the principle of social function and social responsibility in the private economic domain, highlighting the legal and social advances and contemporary challenges in the scope of Brazilian Corporate Law for the implementation of affirmative actions in companies. Many normative parameters are used, such as the private legislation, in particular the Civil Code of 2002, in dialogue with the Federal Constitution of 1988, as well as a review of the literature on the subject, dealing with its advances and challenges and the general system of national companies and actions statements as a whole. It is considered that the business sector should adopt strategies to promote rights to historically excluded groups. These inclusion mechanisms must be adopted for the benefit of women, blacks, LGBTQIA + population and people with disabilities, in search of signing or their social and legal commitment. Such a business context represents the first step towards the development of an effective action plan in favor of substantial equality between those desired and the reduction of inequalities in the social and business environment.

Keywords: affirmative actions, civil law, company social function, social responsibility.

¹Graduanda do Curso de Direito da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte-RN. E-mail: flaiserocha@alu.uern.br;

²Graduando do Curso de Direito da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte-RN. E-mail: franciscocavalcante@alu.uern.br;

³Professora do curso de Direito da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte e Doutoranda em Direitos Humanos da Universidade de São Paulo-SP. E-mail: cintiafreitas@uern.br.